Estudo mostra como decisões judiciais influenciam os juros

A quantidade de decisões na Justiça é fator determinante sobre a taxa de juros aplicada aos financiamentos para aquisição de veículos e bens. É o que mostra a pesquisa do administrador de empresas e mestre em Administração pela USP, **Ivan César Ribeiro**. O estudo de Ribeiro, que também é estudante de Direito, é um dos premiados no concurso de monografias do ITDE — Instituto Tendências de Direito e Economia.

Ribeiro mostra que com a grande quantidade de decisões contrárias aos credores por parte dos tribunais superiores, devido à implantação do Código do Consumidor, houve uma elevação de 12% a 17% nas taxas de juros cobradas em cláusula de alienação fiduciária, no período de 1994 a 1999. Depois, com o aumento das súmulas e decisões que não acatavam as teses dos devedores, a taxa de juros voltou a baixar para 1,6% a 3,2% entre 1999 a 2005, retornando aos níveis de proteção do credor existente em 1994.

Nas pesquisas sobre crédito e decisões judiciais, Ribeiro analisou 1.817 acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo e 1.127 súmulas do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e dos extintos 1° e 2° Tribunais de Alçada Cível de São Paulo. A análise dos dados buscou contabilizar o número de decisões favoráveis ao credor ou ao devedor e sua relação com a taxa de juros em operações de credito com alienação fiduciária.

No período de 1990 a 1998, especialmente após 1994 com a entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor, a tendência das decisões é favorável aos credores. As taxas de juros cobrados neste período chegam a 17%. Depois de 1999 há uma reversão de tendência e a Justiça passa a acatar as teses dos devedores. A volta aos níveis de proteção do credor existente em 1994 levou a uma queda nas taxas de juros da ordem de 1,6% a 3,2% entre 1999 a 2005.

De acordo com Ribeiro, houve uma redução de oito vezes no número de ações entre 2001 e 2005. O autor credita boa parte desta redução, entre diversas razões, à edição de súmulas sobre questões de crédito. Este dado é um indicativo seguro dos efeitos positivos da eventual aplicação da súmula vinculante para reduzir o volume de processos nos tribunais.

Ribeiro deve estender suas pesquisas para outras formas de concessão de crédito e ampliar os dados para outras instâncias judiciais e para outras unidades da federação. Também deve ter sua metodologia mais refinada, para que os resultados obtidos possam refletir de forma mais geral a situação do Brasil.

Concurso de monografias

O estudo de Ivan Ribeiro sobre a influência da insegurança jurídica na taxa de juros em operações de crédito com alienação finduciária recebeu menção honrosa no concurso de Monografias do ITDE — Instituto Tendências de Direito e Economia, organização que promove a pesquisa em relação aos efeitos de diferentes ambientes institucionais sobre o comportamento dos agentes econômicos e o desempenho da economia.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Confira as monografias premiadas:

Tema: **— Crédito Imobiliário**:

Monografia premiada: *Poder Judiciário e o Crédito Imobiliário: uma defesa do princípio da proporcionalidade econômica"*Nicolau da Rocha Cavalcanti, 25, advogado formado pela UERJ.

Menção Honrosa: *Influências da Insegurança jurídica sobre a taxa de juros na Alienação Fiduciária"* autoria de Ivan César Ribeiro, 36, formado em Administração pela USP.

Tema: **Agências Reguladoras — Mercado de Capitais**

Monografia premiada: *Inserção Institucional da Agência Reguladora do Mercado de Capitais no Brasil"* César Roberto Pereira Magalhães, 54, formado em Direito pela Cândido Mendes e em Ciências Contábeis pela UFRJ.

Menções Honrosas: *Modelo de Regulação Independente Brasileiro"*Monique Menezes, 25, cientista social formada pela UFF, e *teste empírico e uma proposta de modelo teórico para análise dos efeitos da insegurança jurisdicional das decisões arbitrais no Novo Mercado"* também de Ivan César Ribeiro, 36, formado em Administração pela USP.

Tema: **Agências Reguladoras — Energia Elétrica**.

Monografia premiada: *"Agências Reguladoras, Independência e Desenho Institucional"* de Mariana Mota Prado, 28, graduada em Direito pela USP e mestre em Direito por Yale.

Menções Honrosas: *"Análise da Metodologia de revisão tarifária do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil segundo sua adequação ao ambiente institucional vigente"* de Cláudia de Rosa Peano, 38, economista formada pela USP, e *"O Desenho da Aneel e a Credibilidade do Setor Elétrico Brasileiro"* de David Ricardo Colaço Bezerra, 34, graduado em Economia e Direito pela UFPE.

Tema: **Agências Reguladoras — Petróleo**.

Monografia premiada: *"CADE e ANP: concorrência e regulação na indústria do petróleo no Brasil"* de Rodrigo Octávio de Godoy Bueno Caldas, 24, graduado em Direito pela USP.

Date Created
24/11/2005

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.